

O IGF 2024 foi palco de debates importantes sobre o futuro da governança da internet, com temas como inteligência artificial, regulamentação de plataformas digitais e o papel do próprio IGF no centro das atenções. As discussões refletiram a crescente complexidade do cenário digital e a necessidade de abordagens colaborativas para enfrentar os desafios emergentes.

A IA generativa, em particular, emergiu como uma área de foco, com sessões dedicadas a explorar seu potencial na educação e a necessidade de garantir a abertura e a inclusão no seu desenvolvimento e governança. A regulamentação de plataformas digitais, especialmente no contexto das grandes empresas de tecnologia, também ocupou um lugar de destaque. As discussões abordaram a necessidade de equilibrar a inovação com a proteção dos direitos dos usuários, a importância da soberania digital e os desafios de garantir a concorrência justa e a integridade da informação. O caso específico do Brasil, com a consulta pública conduzida pelo CGI.br foi objeto de um open Forum que moderei

O papel do próprio IGF na governança da internet foi objeto de análise crítica, com debates sobre a necessidade de fortalecer o seu mandato, aumentar o reconhecimento de seus resultados e garantir um financiamento sustentável. A necessidade de o IGF evoluir para se manter relevante e eficaz face aos desafios emergentes foi um tema recorrente, com propostas para torná-lo mais estratégico e orientado para a ação.

A importância da participação multissetorial e da inclusão de vozes dos países em desenvolvimento foi enfatizada, reconhecendo a necessidade de garantir que a governança da internet atenda às necessidades de todos os setores..

Apresento abaixo algumas das principais sessões:

Democratizando o Acesso à IA com LLMs de Código Aberto discutiu as LLMs (Large Language Models) de código aberto e seu papel na democratização do acesso à IA. Os palestrantes abordam a importância de modelos e pesos de código aberto, a distinção entre modelos totalmente fechados e totalmente abertos, e os benefícios da acessibilidade pública do código-fonte e dos dados de treinamento.

Da Cúpula do Futuro à WSIS+20. A discussão girou em torno da revisão da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) +20 e o papel do IGF na formação do futuro digital. Os palestrantes discutem os principais sucessos e lições aprendidas desde as Cúpulas do WSIS, a necessidade de um processo de revisão ambicioso e voltado para o futuro, e a importância de abordar os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, particularmente em conectar os desconectados.

Grandes Empresas de Tecnologia e Jornalismo: Disputas e Modelos Regulatórios abordou as disputas entre as grandes empresas de tecnologia e o jornalismo, bem como os modelos regulatórios para o conteúdo jornalístico online. A conversa girou em torno das iniciativas regulatórias globais para plataformas digitais, incluindo o Código de Negociação de Mídia da Austrália e propostas no Brasil para obrigar as plataformas a negociar com empresas de jornalismo. Os palestrantes discutiram as controvérsias em torno de quem deve se beneficiar da

remuneração do jornalismo, como definir o conteúdo jornalístico e o papel do Estado nas relações entre produtores de conteúdo jornalístico e plataformas digitais.

Aproveitando a IA Generativa para Transformar a Educação para Todos explorou o uso da IA generativa na transformação da educação, com foco em professores do Sul Global. A discussão abordou os benefícios e limitações das ferramentas de IA generativa, a necessidade de destacar a natureza técnica e as vantagens e desvantagens de usar essas ferramentas na educação. Os palestrantes também discutiram soluções de código aberto e pagas, bem como abordagens para ensinar professores sobre IA generativa.

Mike Perkins, da Universidade Britânica do Vietnã, apresentou a "AI Assessment Scale", uma estrutura que propõe a integração ética da IA na avaliação educacional. A escala, disponível em 12 idiomas, permite que educadores adaptem suas avaliações de acordo com o nível de uso de IA permitido, desde avaliações seguras sem IA até projetos de exploração de IA. Essa abordagem reconhece a inevitabilidade da IA na educação e busca orientar os educadores na criação de métodos de avaliação que considerem o uso responsável e ético dessas ferramentas.

O painel destacou a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso equitativo à IA generativa, especialmente em países em desenvolvimento. A importância do investimento em infraestrutura, capacitação de professores e desenvolvimento de currículos que incorporem o uso responsável da IA foi enfatizada. Os palestrantes concordaram que a IA generativa tem o potencial de revolucionar a educação, mas sua implementação exige uma abordagem cuidadosa e colaborativa, que envolva governos, educadores, pesquisadores e o setor privado na construção de um futuro educacional mais inclusivo e inovador.

Na sessão **Abertura da Internet à Abertura da IA** o foco foi explorar os princípios de abertura da Internet e sua aplicação à abertura da IA. A discussão girou em torno dos valores fundamentais da Internet, como abertura, interoperabilidade e descentralização, e como esses princípios podem ajudar o desenvolvimento e a governança da IA.

BPF sobre Segurança Cibernética. O objetivo do Best practices forum é explorar, desenvolver e compartilhar estratégias para fortalecer a capacitação global em segurança cibernética. A discussão se concentrou no problema de sobreposição e lacunas nas informações sobre capacitação em segurança cibernética, dificultando o alcance do público-alvo. Os palestrantes discutiram a necessidade de iniciativas personalizadas e direcionadas, adaptadas a contextos específicos e com foco na desmistificação da segurança cibernética.

Normas Emergentes para Infraestrutura Pública Digital. A discussão se concentrou na definição de DPI e seu papel na prestação de serviços governamentais. Os palestrantes discutem a necessidade de projetar DPIs cuidadosamente por meio de uma abordagem multissetorial para garantir transparência, feedback democrático e evitar a captura por atores poderosos.

O painel gerou um debate aprofundado sobre a definição, implementação e governança de infraestruturas públicas digitais (DPI). A sessão, marcada por diferentes perspectivas e experiências nacionais, abordou temas como a colaboração entre governos e o setor privado, os mecanismos de supervisão e o papel da cooperação multissetorial na produção e gestão de DPIs.

Luca Belli, professor da FGV Direito Rio, defendeu que as DPIs podem ser instrumentos de soberania digital, mas alertou para a necessidade de analisar o conteúdo por trás do rótulo. Ele citou o exemplo do Pix, sistema de pagamento instantâneo brasileiro, como um caso de sucesso na quebra do monopólio de empresas estrangeiras e na promoção da inclusão financeira. No entanto, Belli ressaltou que a implementação de DPIs exige uma análise sistêmica, considerando fatores como conectividade, acesso à informação e o papel de grandes empresas de tecnologia.

Embaixador Henri Verdier do Ministério das Relações Exteriores da França, concordou com a importância das DPIs para reduzir a desigualdade digital, mas questionou a sustentabilidade do modelo, especialmente em países com recursos limitados. Ele propôs a criação de uma camada mínima de serviços públicos digitais como interface entre o governo e os cidadãos, garantindo a interoperabilidade e a proteção de dados.

Sessão das Coalizões Dinâmicas do IGF. A discussão se concentrou nas possíveis contribuições das coalizões dinâmicas para o Pacto Digital Global (GDC). Os palestrantes discutiram como as coalizões podem contribuir para os cinco objetivos principais do GDC, incluindo a redução da divisão digital, a expansão da economia digital, a promoção de um espaço digital seguro e inclusivo, o aprimoramento da governança global da IA e o avanço da governança de dados responsável.

20 Anos de Implementação da CMSI e a Visão Além de 2025. A discussão girou em torno do processo de revisão do WSIS+20 e do papel da UIT na coleta de contribuições dos stakeholders. Os palestrantes discutiram os principais temas da convocação de contribuições da UIT, incluindo a implementação do processo da CMSI, as linhas de ação da CMSI, seu alinhamento com os ODS e a visão de futuro para além de 2025. A conversa também explora a necessidade de integrar o GDC ao processo de revisão da CMSI para evitar fragmentação e garantir o uso eficaz dos recursos.

O Fórum Aberto "**Abordagem Multissetorial para a Regulação de Plataformas no Brasil: Consulta Pública do CGI.br**" apresentou os resultados da consulta pública do CGI.br sobre a regulação de plataformas digitais,

A consulta, realizada em 2023, recebeu cerca de 1.400 contribuições de 140 organizações representando governo, empresas, terceiro setor e comunidade científica e tecnológica. O objetivo principal era mapear o entendimento da sociedade sobre a regulação de plataformas digitais no Brasil, abordando a definição dessas plataformas, os riscos que elas apresentam, as medidas regulatórias para mitigar esses riscos e os modelos de governança para implementar a regulação

Moderei essa sessão ressaltando a importância da consulta pública e do envolvimento da sociedade civil na construção de um modelo regulatório para plataformas digitais no Brasil.

Juliano Cappi e Juliana Oms, da Secretaria do CGI.br, apresentaram os resultados da consulta pública, detalhando a metodologia utilizada e os principais pontos levantados pelos participantes.

Marcelo Fornazin, representando a comunidade acadêmica e científica, traçou um paralelo entre a regulação de plataformas digitais e a regulação da saúde digital. Ele destacou que a plataforma da saúde traz desafios importantes, como a proteção de dados sensíveis, a garantia de acesso universal aos serviços de saúde e a participação da sociedade civil na governança da saúde digital. Marcelo também ressaltou a importância do Conselho Nacional de

Saúde, que, sob pressão de movimentos sociais, criou uma câmara técnica para debater a saúde digital com a participação de diferentes atores.

Eugenio Garcia (Ministério das Relações Exteriores) defendeu a importância da soberania digital, que ela definiu como o direito de autodeterminação e controle sobre o futuro digital de um país, incluindo a aplicação da lei e o respeito às decisões judiciais. Ela lembrou o caso da suspensão temporária do Twitter no Brasil, que, segundo ele, foi resultado da recusa da empresa em cumprir a legislação brasileira.

Bia Barbosa, representando a sociedade civil, ressaltou a urgência da regulação de plataformas digitais para garantir um ecossistema digital mais justo, equilibrado e democrático. Ela argumentou que as plataformas, especialmente as grandes empresas de tecnologia, apresentam riscos significativos para a democracia, os direitos humanos e a integridade da informação, e que a regulação é fundamental para mitigar esses riscos.

Bia também apresentou um panorama das iniciativas legislativas em andamento no Brasil, como o PL 2630/2020 (PL das Fake News) e o PL 2768/2022, que propõe a regulação econômica das plataformas. Ela criticou a influência das empresas de tecnologia no processo legislativo e defendeu a aprovação de leis que garantam a moderação de conteúdo, a transparência e a responsabilidade das plataformas.

Monica Gize (Meta) representando o setor privado destacou a importância de se considerar os benefícios econômicos e sociais das plataformas digitais, como a geração de empregos, a facilitação do comércio eletrônico e a promoção da liberdade de expressão. Ela argumentou que a regulação deve ser equilibrada e não deve prejudicar a inovação e o desenvolvimento do setor. Mônica também defendeu a autorregulação como um mecanismo eficaz para lidar com alguns dos desafios apresentados pelas plataformas digitais, mas reconheceu que a regulação estatal pode ser necessária em alguns casos.

Próximos Passos na Governança da Internet e Modelos para o Futuro. A discussão se concentrou no papel e na evolução do IGF, particularmente à luz das mudanças no ecossistema da governança da Internet. Os palestrantes discutiram os desafios e oportunidades enfrentados pelo IGF, incluindo a necessidade de maior reconhecimento de seus resultados e a importância de coalizões dinâmicas na condução de trabalhos substantivos. A conversa também explorou a viabilidade de modelos alternativos de governança da Internet.